

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v17i29.763>

*MARIA, MARIA*: histórias de vida de mulheres no sertão do São Francisco (MG)<sup>1,2</sup>

*MARIA, MARIA*: life histories of women in the backwoods of the São Francisco (MG)

*MARIA, MARIA*: historias de vida de mujeres en el interior de São Francisco (MG)

CLÁUDIA MAIA

Doutora/Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Bolsista BIPDT/FAPEMIG

Montes Claros/Minas Gerais/Brasil

[claudia.maia@unimontes.br](mailto:claudia.maia@unimontes.br)

BÁRBARA FIGUEIREDO SOUTO

Doutora/Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Montes Claros/Minas Gerais/Brasil

[barbara.souto@unimontes.br](mailto:barbara.souto@unimontes.br)

**Resumo:** O artigo objetiva problematizar modelos hegemônicos de feminilidade a partir da história de vida de duas mulheres que experienciaram o sertão às margens do rio São Francisco (MG), habitando o município homônimo ao rio. Busca ainda entender como elas representam a si mesmas e a outras mulheres; como foram construídas as relações de gênero e os sentidos que constituem o feminino no sertão norte-mineiro na primeira metade do século XX. Partimos da compreensão de que as relações de gênero não são estáticas e permanentes e que as representações acerca do feminino são históricas, ou seja, não é possível generalizar um modelo de feminilidade para todos os estratos sociais e para todos os contextos geo-históricos.

**Palavras-chave:** Gênero. Mulheres. Sertão.

**Abstract:** The article aims to problematize hegemonic models of femininity from the life history of two women who experienced the backwoods on the banks of the São Francisco river (MG), inhabiting the homonymous municipality to the river. Also, it seeks to understand how they represent themselves and other women; how the gender relations were built and the meanings that constitute the feminine in the north of Minas Gerais backwoods, in the first half of the twentieth century. We start from the understanding that gender relations are not static and permanent and that the representations about the feminine are historical, that is, it is not possible to generalize a model of femininity for all social strata and for all geohistorical contexts.

**Keywords:** Gender. Women. Backwoods.

**Resumen:** El artículo tiene como objetivo problematizar los modelos hegemónicos de feminidad a partir de la historia de vida de dos mujeres que vivieron en el interior a las orillas del río São Francisco (MG), que habitan en el municipio homónimo del río. También busca comprender cómo ellas representan a sí mismas y a otras mujeres; cómo se construyeron las relaciones de género y los significados que constituyen el femenino en el norte de Minas Gerais en la primera mitad del siglo XX. Partimos de la comprensión de que las relaciones de género no son estáticas y permanentes y que las representaciones sobre el femenino son históricas, es decir, no es posible generalizar un modelo de feminidad para todos los estratos sociales y para todos los contextos geo-históricos.

**Palabras clave:** Género. Mujeres. Interior.

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em agosto de 2019 e aprovado para publicação em dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Esta pesquisa tem apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

## Introdução

A historiografia sobre as mulheres no Brasil assinalou as diferentes estratégias das elites, nas primeiras décadas do XX, para instituir modelos idealizados de família, de casamento, de homens e mulheres marcados pelas diferenças de gênero— sobretudo através do discurso médico, jurídico e intelectual – a fim de disciplinar os novos cidadãos, assegurar a maternidade e disseminar um modelo de feminilidade baseada na domesticidade e na submissão das mulheres<sup>3</sup>. Esse modelo centrado na figura da mãe-esposa-dona-de-casa tornou-se, nos diferentes discursos, a base para a construção do modelo de feminino, mas não é possível compreender esse modelo como regra e generalizá-lo para todos os estratos sociais e em todos os contextos geo-históricos, a exemplo de espaços à margem dos grandes centros urbanos, como o sertão norte-mineiro<sup>4</sup>. Conforme argumenta Judith Butler,

[...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida<sup>5</sup>.

Nessa direção, Linda Nicholson identificou a persistência na teoria feminista do que chamou de *fundacionalismo biológico*<sup>6</sup>, que levou feministas de diferentes gerações a

<sup>3</sup> Cf. dentre outros MAIA, C. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011; BESSE, S. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999; D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997; MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 365-421; RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

<sup>4</sup> Utilizamos a expressão “sertão norte-mineiro” para nos referir à extensa região do norte do Estado de Minas Gerais, conforme a classificação da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG/MG) e do IBGE. A região compreende 89 municípios, sendo coberta predominantemente por cerrado, clima semiárido, com longos períodos de estiagem. Parte da região integra a bacia do Rio São Francisco que corta, dentre outras, a cidade de São Francisco, com população estimada em 2018 pelo IBGE de 56. 163 habitantes, onde vivem as colaboradoras dessa pesquisa. Devido às suas características socioeconômicas e ambientais, a região compõe a área mineira da SUDENE. Até a década de 1950, mesmo Montes Claros, a maior cidade da região era predominantemente rural; foi somente na década de 1960 que a cidade de São Francisco, por exemplo, recebeu sistema de abastecimento de água.

<sup>5</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 21.

<sup>6</sup> Nicholson define *fundacionalismo biológico* como o relacionamento entre corpo, personalidade e comportamento, a fim de indicar diferenças e semelhanças em relação ao determinismo biológico. Essa noção, diferentemente do determinismo biológico, permite: a) “que os dados da biologia coexistam com os aspectos de personalidade e comportamento”; b) que as feministas assumissem “tanto as diferenças entre as mulheres quanto o que elas têm em comum”. Ela explica que: “quando se pensa o corpo como um porta-casacos comum onde diferentes sociedades impõem diferentes normas de personalidade e comportamento, pode-se explicar tanto o fato de algumas dessas normas serem as mesmas em sociedades diferentes quanto o fato de algumas

produzir generalizações ao buscar uma explicação comum sobre diferença entre as mulheres e delas em relação aos homens. Conforme a autora, mesmo considerando o caráter cultural/construído do gênero e plural das identidades (vista como porta-casacos), nessas abordagens o corpo continuava não problematizado, a-histórico, como uma espécie de cabide no qual são jogados e somados “diferentes artefatos culturais, especialmente relativos a personalidade e comportamento”<sup>7</sup>. Ela argumenta que, embora as sociedades, de maneira geral, possuam de fato algum tipo de distinção masculino/feminino e que as relacionem de alguma forma ao corpo,

[...] diferenças sutis na forma como o próprio corpo é pensado podem ter algumas implicações fundamentais para o sentido do que é ser homem ou mulher e representar, conseqüentemente, diferenças importantes no grau e no modo como o sexismo atua. Em resumo essas sutis diferenças nos modos como o corpo é lido podem estar relacionadas a diferenças no sentido do que é ser homem ou mulher – diferenças que “vão a fundo”<sup>8</sup>.

Nesse sentido, Nicholson sugere “a substituição de propostas sobre mulheres como tais, ou até sobre mulheres nas ‘sociedades patriarcais’, por propostas sobre **mulheres em contextos específicos**”<sup>9</sup> a fim de perceber essas diferenças sutis e romper com generalizações/universalização<sup>10</sup>.

É justamente a partir da crítica à universalização das categorias e na busca de alternativas teóricas (e também metodológicas) para pensar as mulheres e as construções de gênero em contextos de margens, ou em contextos específicos nos termos de Nicholson, que essa pesquisa se organiza. Nesse sentido, o sertão norte-mineiro é pensado como lugar de margem; margem do sistema econômico, margem dos grandes centros urbanos, margem do processo de modernização e modernidade burguesa, logo dos discursos – médico, jurídico, intelectual, etc. – que atuaram para construir corpos como homens e mulheres, ou seja, dentro

---

dessas normas serem diferentes”. Nessa perspectiva, as diferenças entre mulheres são pensadas como coexistentes e não termos de interseções com as diferenças de raça, classe, origem, etc. “A assunção de que tudo o que há em comum entre as mulheres devido ao sexo gera tudo o que há em comum entre elas em termos de gênero explica a tendência a ser pensar o gênero como representativo do que as mulheres têm em comum, e aspectos de raça e classe como indicativos do que elas têm de diferente.” Ver: NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p.12-13, 2000.

<sup>7</sup>Ibid., p. 12.

<sup>8</sup>Ibid., p. 30.

<sup>9</sup>Ibid., p. 34, grifo nosso.

<sup>10</sup>A partir de uma perspectiva do feminismo descolonial, Rita Laura Segato argumenta, de forma semelhante, propondo a noção de *pluralismo histórico* – em substituição à noção de identidade – para entender o gênero em contextos marcados pela intrusão do colonialismo ocidental moderno. Nessa perspectiva, cada povo ou grupo é percebido como um vetor histórico, assim o que identifica o sujeito coletivo – as mulheres, por exemplo – não é um patrimônio cultural estável, fixo, mas a autopercepção de compartilhar uma história comum. Ver: SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Trad. de Rose Barboza. *e-cadernos ces [online]*, Coimbra, n. 18, p. 111-112, 2012.

de uma normatividade do gênero – patriarcal e burguesa – que estabelece o que é próprio de um e de outro, o que pode um corpo e outro; onde pode transitar um corpo ou outro; quais as capacidades/potencialidades de um corpo e de outro.

Os poucos estudos sobre as mulheres nessa região, tenderam a enfatizar seu caráter autoritário e violento que, mesmo sem acesso legal a postos de comando, exerceram poder sobre pessoas e grupos políticos. A literatura, tanto a de ficção, a exemplo de Guimarães Rosa<sup>11</sup>, quanto a de memórias, como a de Cyro dos Anjos e Darcy Ribeiro<sup>12</sup>, também criaram representações de mulheres na região que escapam ao modelo submisso, passivo e obediente que estava sendo instituído e caracterizava a mulher burguesa. Algumas vezes elas apareceram como mulheres “bravas” no sentido de destemidas, aguerridas; outras, como mulheres “brabas”, ou seja, insubordinadas, incivilizadas, bárbaras, como o próprio sertão frequentemente é representado, numa estratégia discursiva para desqualificar esse espaço marginal em relação aos centros. Assim, argumentamos que o modelo de feminilidade nessa região não estava baseado na domesticidade burguesa, em que são valorizados certos aspectos, como fragilidade, doçura, passividade, retidão e submissão.

Entendemos que as relações de gênero não são estáticas e permanentes e que as representações acerca do feminino são também históricas. Nesse sentido, objetivamos nesse artigo analisar memórias e histórias de vida de duas mulheres que experienciaram o sertão às margens do rio São Francisco, habitantes do município homônimo ao rio, a fim de entender como elas representam a si mesmas e a outras mulheres. Optamos por chamar essas personagens/sujeitas da pesquisa somente pelo primeiro nome, Maria, seguido da abreviação do segundo nome: Maria P. e Maria L.<sup>13</sup>. Buscamos ainda entender, nas narrativas de si dessas duas Marias, como foram construídas as relações de gênero e os sentidos que constituem o feminino no sertão norte-mineiro na primeira metade do século XX.

Optamos por utilizar a metodologia da História Oral<sup>14</sup> para refletir sobre as experiências dessas mulheres, pois corroboramos com Losandro Antonio Tedeschi ao afirmar

---

<sup>11</sup>BORGES, Telma. Mulheres que desenredam a tradição no sertão de Guimarães Rosa: uma leitura de “A vela ao diabo” e “Desenredo”. In: MAIA, Cláudia; PUGA, Vera (org.). *História das mulheres e do gênero em Minas Gerais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2015. p. 243-253.

<sup>12</sup>MAIA, Cláudia. Bravas e insubmissas: mulheres e gênero na literatura memorialista do sertão norte-mineiro. *Tempo & Argumento*, v. 10, p. 358-384, 2018.

<sup>13</sup>Esclarecemos que optamos por omitir o nome completo das nossas colaboradoras devido à proposta de História de Vida que adotamos no projeto, ainda em andamento.

<sup>14</sup>Sobre o uso da História Oral como método de pesquisa no âmbito da História, ver: ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. *Revista de História*, São Paulo, n. 155, p. 191-203, 2. sem. 2016; FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria;

que esta “prática constitui a instância mais viável de conhecimento para a história das mulheres e para os estudos de gênero no tempo presente”, afinal, fazer uso desse método “implica transformar o objetivo tradicional da historiografia, colocando os sujeitos em seus lugares”, ou seja, permite “pensar as relações humanas como uma trama de significados onde o cotidiano da história se incorpora e se enriquece pelo protagonismo feminino.”<sup>15</sup>

Através da memória, buscamos entender como essas mulheres constroem uma representação de si e de suas experiências, autoinscrevendo-se na história. Afinal, é importante ressaltar que o tempo “é um processo em eterno curso e em permanente devir. Orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções sobre o futuro”<sup>16</sup>. Desse modo, ao falarem de si essas Marias repetem, às vezes, de forma incisiva frases como “Não tem nada que eu não dou conta”<sup>17</sup>, “toda a vida eu tive muita vontade de crescer nas coisas”<sup>18</sup>, que expressam as maneiras como elas autorrepresentam-se e constituem-se como sujeitos nas narrativas.

### **“Não tem nada que eu não dou conta”**

Quando Dona Maria P. nasceu, em 07 de junho de 1934, num pequeno povoado da zona rural de São Francisco, ainda estava em vigor o primeiro Código Civil brasileiro (1916) que instituiu a incapacidade das mulheres casadas e negava a elas a condição de indivíduo; restringia suas possibilidades de trabalho remunerado fora de casa ao condicioná-lo à autorização do marido; impedia as mulheres de exercerem o *pátrio poder* ou decidirem o local de moradia da família, mantendo, de certa forma, a sua condição de tuteladas<sup>19</sup>. Somado a esse ordenamento jurídico, o discurso médico estabelecia a fragilidade dos corpos femininos – corpos brancos, é bom lembrar – com base nas distinções biológicas dos corpos masculinos

ALBERTI, Verena (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

<sup>15</sup>TEDESCHI, LosandroAntonio. Os lugares da história oral e da memória nos estudos de gênero. *OPSIS*, Catalão, v. 15, n. 2, p. 340, 2015.

<sup>16</sup>DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História oral*, n. 6, p. 10, 2003.

<sup>17</sup>MARIA, P. *Entrevista 1*. [jun. 2019]. Entrevistadora: Cláudia de Jesus Maia. São Francisco, MG, 2019. 1 arquivo (40min51s). Entrevista concedida ao projeto “Gênero e insubmissão feminina no Norte de Minas na primeira metade do século XX”.

<sup>18</sup>MARIA, L. *Entrevista 2*. [jul. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Figueiredo Souto. São Francisco, MG, 2019. 1 arquivo (55min51s). Entrevista concedida ao projeto “Gênero e insubmissão feminina no Norte de Minas na primeira metade do século XX”.

<sup>19</sup>MAIA, op. cit.

e femininos<sup>20</sup>. Fundamentado nesse discurso, instituía-se uma legislação trabalhista que limitava e restringia o trabalho de mulheres em certas funções devido à constituição de seus corpos<sup>21</sup>. A Igreja, por sua vez, enfatizava a submissão e obediência como principais virtudes das mulheres. Características que também estavam na base do contrato de casamento regulamentado pelo nosso código civil, ao estabelecer obrigações mútuas de prestações e contraprestações (de troca) entre os cônjuges. O marido foi legalmente definido como o provedor da família, sendo o sustento e a proteção da esposa “dever seu de honra”<sup>22</sup>; em troca, as esposas lhes deviam obediência. Estabelecia-se aí uma relação desigual e assimétrica que elucida a história de sujeição das mulheres, conforme Carole Pateman<sup>23</sup>. Como uma lei, mas, também como uma prática discursiva, o Código Civil criava e assegurava os direitos do marido sobre a esposa e, embora historicamente as mulheres ocupassem lugar de destaque na família, constituindo-se, em muitos casos, suas mantenedoras, o Código procurava legitimar certa divisão sexual do trabalho na família, tornando as mulheres casadas incapazes e dependentes.

Mas essas práticas e discursos não ressoaram ou se fixaram no mesmo ritmo, com a mesma intensidade ou da mesma forma em todos os contextos. Dona Maria P., que nasceu e cresceu no sertão do São Francisco, certamente não tomou conhecimento desse ordenamento que objetivava, dentre outros, normatizar o corpo e a conduta das mulheres, restringindo seus movimentos, sua autonomia, sua capacidade de trabalho, de criar, sustentar e responder pelos filhos.

Entrevistamos Dona Maria P. no dia do seu aniversário de 85 anos. Ela é uma mulher de cabelos brancos, olhos claros, pele clara queimada de sol, magra, alegre, muito falante e religiosa; iniciou sua narrativa demonstrando que tem uma boa memória, capaz de recordar fatos ocorridos quando tinha ainda dois anos de idade. Vale considerar que “tempo e memória, portanto, constituem-se em elementos de um único processo, são pontes de ligação, elos de corrente, que integram as múltiplas extensões da própria temporalidade em movimento.”<sup>24</sup>

Segundo as memórias de Dona Maria, ela entrou para escola aos sete anos, na fazenda onde vivia com a família. Havia um só mestre que ensinava cerca de 40 crianças, meninos e meninas, sem separação, a ler e a escrever. A escola durou quatro meses com aulas

---

<sup>20</sup>MATOS, M. I. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, M. I.; SOHIET, R. (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003. p. 107-128.

<sup>21</sup>RAGO, op. cit.

<sup>22</sup>BEVILAQUA, C. *Código Civil*. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1917. v. 2, p. 113.

<sup>23</sup>PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 21

<sup>24</sup>DELGADO, op. cit., p. 16.

em tempo integral, as crianças levavam o almoço – feijão tropeiro – não tinha quadro, o professor falava e as crianças anotavam; saiu da escola sabendo ler e escrever o nome. Nessa época, a família mudou-se para as terras do pai às margens do rio Mangaí, onde ela aprendeu a nadar, “não tinha poço que não atravessava”; gostava de ajudar o pai a limpar peixes para poder, em seguida, brincar no rio. Também aos sete anos, ela recebeu a primeira comunhão; conta que a mãe lhe fez um “vestidinho” rosa para a ocasião, mas não tinha sapatos, na época, um acessório raro até mesmo para os filhos de pessoas mais abastadas. As crianças andavam quase sempre descalças ou com sandálias simples de couro feitas em casa. Trabalhos realizados a partir de inventários e testamentos da comarca de Montes Claros – maior cidade da região –, do final do século XIX, bem como a partir da literatura memorialística do início do século XX, mostram que a cultura material dessa região era bastante pobre, embora tivesse acesso a bens como terras, gado e escravos, os bens de consumo eram mais raros, possivelmente pela própria escassez de dinheiro em espécie<sup>25</sup>.

A explicação da ausência de sapatos não aparece na narrativa como um mero detalhe de suas lembranças, mas é estratégia para enfatizar a importância do seu protagonismo, da sua atuação na aquisição do primeiro sapato, um bem de consumo de grande importância nesse contexto:

Quando eu tinha 12 anos eu já fiei na roda [...] fiei na roda, teci no tial um corte de calça – dois metros e meio de pano tecido no tial é que era um corte de calça para homem, né? – Aí vendi para o compadre Zé Macarrão, que mora aqui... é que fui no Jacu mais pai e comprei um sapatinho [...] foi meu primeiro sapato [...] o primeiro sapatinho eu comprei foi isso (assim)<sup>26</sup>.

Esse episódio foi narrado com satisfação, dando ênfase em algumas palavras e pausas em outras. Esta observação é elementar para o(a) historiador(a), pois, conforme nos alerta Alessandro Portelli, a mudança é uma característica do discurso oral, já a regularidade é uma marca da escrita.<sup>27</sup> Assim sendo, se negligenciamos o ritmo do discurso, estamos negligenciando a carga emocional da narrativa, ou seja, “[...] há uma relação entre a velocidade da narração e a intenção do narrador.”<sup>28</sup> No caso do episódio relatado por Dona

<sup>25</sup>Cf. REIS, Sara S. F. *Mulheres e o dote em Montes Claros no século XIX*. Montes Claros: Unimontes, 2007. Monografia de Conclusão do curso de História. A chegada dos chamados “Cometas” nas primeiras décadas do século XX possibilitou maior acesso a bens de consumo nas cidades maiores da região como Montes Claros. Cf. GRAÇA, R. T. *Montes Claros era assim...* Montes Claros: Unimontes, 2007.

<sup>26</sup>MARIA, P., op. cit.

<sup>27</sup>PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 28, fev. 1997.

<sup>28</sup>Ibid., p. 29.

Maria P., o objetivo de modificar o ritmo e entonação das palavras foi enfatizar a grande conquista, a qual foi resultado do seu esforço e do seu próprio trabalho.

Ela fiou, ela teceu, ela vendeu, ela comprou. Ou seja, ela realiza todas as ações de forma ativa. No meio rural, as atividades de tecer e fiar estão geralmente associadas às funções femininas, enquanto que as de venda e compra – especialmente porque são realizadas fora do âmbito doméstico – estão associadas ao trabalho masculino. Ao enfatizar que não apenas fiou e teceu, mas também vendeu e comprou, Dona Maria P. rompe esses limites e demonstra que, pelo menos em seu contexto, eles não eram fixos; além disso, a participação do pai é minimizada, pois, ele apenas a acompanha para realizar a compra.

Longe da passividade associada ao feminino, em sua narrativa ela vai se constituindo como uma mulher muito ativa, que se autogoverna e não espera que as coisas lhe fossem dadas, mas procurava conquistá-las com seu trabalho, sua inteligência, habilidade e agência própria.

A minha tia falava assim: “Por que, que Maria tem interesse de aprender? Porque eu to cortano uma costura ela tá olhando; eu to costurano ela tá olhando ... as meninas minha não tão nem aí!” Mas eu tinha aquela vontade de aprender né? Aí aprendi, aprendi costurar.

Então eu aprendi a fiar na roda, tecer o pano, costurar qualquer tipo de roupa. Eu ia na manga pegava cavalo e tocava vaca; se eu precisasse sair eu ia na manga arreava o cavalo e saía; aí **casei e continuei o mesmo também [...]**<sup>29</sup>

Narrado como um grande feito, ela aprendeu a costurar sozinha, não por obrigação ou porque é trabalho de mulher, mas por desejo próprio de aprender. E, mais uma vez, ela ressalta em sua narrativa que aprendeu e domina todas as etapas do processo de confecção do tecido à roupa – mais associado ao feminino –, seguido de atividades geralmente associadas ao masculino: pegar e arrear o cavalo, tocar vaca. Ou seja, ela aprendeu e é capaz de realizar todos os tipos de atividades dentro e fora do espaço da casa, sem distinções ou interdições de gênero, transitando entre um e outro. Mas estas atividades não aparecem como algo extraordinário ou extravagante para as mulheres. É possível perceber na fala de D. Maria P. a ausência de ancoragem de representações que traçam os limites e a fragilidade do corpo feminino, um corpo que não suporta determinados tipos de trabalhos considerados pesados ou impróprios às mulheres; também não há interdição ou censura a determinados trabalhos em razão do sexo. Outro sentido em grande evidência na narrativa é o seu autogoverno: isto é, não é o pai que determina sua conduta e suas ações ou o

---

<sup>29</sup>MARIA P., op. cit., grifo nosso.

seu marido, uma vez que quando casou “continuou o mesmo”, não alterou seu comportamento em razão de ser uma mulher casada.

Aos quatorze anos, o paludismo (ou malária) afugentou a família de Dona Maria P. das barrancas do rio Mangaí, obrigando-a a retornar para Santa Justa, terra natal do pai; depois passaram a viver como agregados na fazenda do Alecrim, onde ela conheceu o vaqueiro Pereira, com quem se casou, aos 18 anos<sup>30</sup>. Viveram por um período nas terras do marido em uma localidade chamada Lapa do Espírito Santo, depois retornaram para a fazenda do Alecrim, onde tiveram os três primeiros dos 11 filhos e realizou o sonho de adquirir a primeira máquina de costura. Eram agregados na fazenda, mas o proprietário permitia que criassem gado; o marido vendeu duas vacas dela e comprou a tão sonhada máquina de costura com pedal, que causou grande alvoroço na chegada. Mais tarde, mudaram para a fazenda Barraca onde viveram por sete anos; nessa época ela já tinha cinco filhos, que iam crescendo sem escola, e o seu maior sonho era que seus filhos pudessem estudar numa boa escola. Primeiro tentaram, sem sucesso, mudar para Montes Claros; venderam a máquina de costura, único bem de valor monetário que possuíam, mas o carro que faria a mudança não compareceu<sup>31</sup>. Então, no início de 1972 ela tomou uma decisão:

O sonho meu era mudar para São Francisco pra estudar os filhos [...] meu marido era mais de trabalhar na roça né? Aí eu falei com ele, oh nós vamos para São Francisco, vamos embora para São Francisco para estudar os meninos. Falei: amanhã – era 72, janeiro/fevereiro de 72 –, quando entrou janeiro, eu falei, amanhã eu vou em **São Francisco** pra fazer a matrícula deles. Aí ele falou assim: “mas **cê tá doida**, como é que nós muda pra lá sem dinheiro?”. Eu falei: “com a graça de Deus”. Aí eu falei com ele, amanhã cedo eu quero o cavalo arreado aqui.<sup>32</sup>

No dia seguinte, colocou um dos filhos pequenos no cabeçote da sela e outro na garupa do cavalo e seguiu para São Francisco, lá deixou as crianças na casa de um conhecido e foi fazer as matrículas. Encontrou o marido de uma prima que tinha uma casa para alugar, “aluguei logo a casa... 35 mil réis por mês...”. Quando contou ao marido que os filhos já estavam matriculados e a casa alugada, ele ficou assustado, pois como iriam mudar sem

<sup>30</sup>Na época, os fazendeiros tinham muitos vaqueiros, e “as pessoas que moravam era como se fosse filho da casa”, tinha a casa para dormir, mas todos usavam a cozinha para tomar café, comer. MARIA, P., op. cit.

<sup>31</sup>O movimento tentado pela família de dona Maria P. foi muito corrente no norte de Minas nas décadas de 1970 e 1980. Devido aos projetos de desenvolvimento econômico centrados na industrialização, houve forte incentivo ao êxodo rural; nesse período, Montes Claros, cidade polo da região, recebeu grandes fluxos migratórios de famílias rurais que iam em busca de emprego, escolas para os filhos e melhores condições de vida (Cf. PEREIRA, L. M. *Em nome da região, a serviço do capital*. 2007. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

<sup>32</sup>MARIA, P., op. cit., grifo nosso.

dinheiro? Então ela disse: “[...] em todo lugar Deus está e lá tem a graça de Deus, tá aqui tá lá; nós vamos amanhã mesmo!”.

Ela mudou com os filhos e o marido ficou, a princípio, porque não tinha emprego na cidade e só sabia trabalhar na roça. “E eu enfrentei... lavei até roupa para os outros, limpei casa, trabalhei, trabalhei...”; mudou para um lado e outro, na terceira vez foi morar na frente da casa de uma senhora já idosa que possuía uma máquina de costura, mas não sabia costurar; então ela propôs costurar no sistema de meação para as duas; ofereceu seus serviços para uma loja de confecção da cidade e passou a costurar para ela; além da costura, também lavava roupa e fazia trabalhos domésticos para a vizinhança, enquanto o marido passou a trabalhar lavrando madeira do outro lado do Rio. Um dia bate à sua porta um vendedor de eletrodomésticos, por indicação de um vizinho, que lhe vendeu sem avalistas uma máquina de costura para ser paga em dezesseis prestações.

Quando Pereira chegou e viu aquele tanto de papelão, perguntou: “Ave Maria! Que tanto de papelão é esse?” Eu falei: é da máquina que eu comprei. Ele falou: “mulher de Deus! **Cê tá doida!** Como é que nós paga essa máquina?” Eu falei: não, cê dando conta de pagar o que vem trabalhano pra pagar – o aluguel e o de comer – a máquina eu pago. Ele falou: “**então tá, já que cê anima fazer tudo!**”. Então meti o pé, meti o pé... aí agora eu já fui pegano de todo mundo [roupa para costurar], e paguei a máquina...<sup>33</sup>

Mais uma vez é importante destacar como Dona Maria P. coloca-se na narrativa como protagonista, autora e agente de suas ações, mesmo aquelas que envolvem a família, usando quase sempre a primeira pessoa do singular, “EU”, mesmo depois de casada. Desacatando o que determinava o Código Civil – que certamente ela não conhecia – a decisão de mudar e a escolha do local para onde mudar foi dela – não do marido; além disso, a mudança não foi motivada pelos interesses do marido ou da família, mas para realizar o seu sonho: “[...] porque meu sonho era estudar meus filhos, né, porque eu não tive a oportunidade de estudar, mas o meu sonho era estudar meus filhos [...]”.

Também fica explícito na fala que a coragem de arriscar, enfrentar as adversidades e os desafios (mudar, viver na cidade, comprar a máquina) era dela e não do marido – homem simples, trabalhador, que não sabia ler nem escrever. A expressão de surpresa do marido, frequente na narrativa: “cê tá doida!”, indica a coragem e a ousadia de Dona Maria<sup>34</sup>.

<sup>33</sup>MARIA, P., op. cit.

<sup>34</sup>Em outro momento, ela lembra de uma promessa que havia sido feita pelo avô do marido que faleceu sem que tenha cumprido a promessa. Ela então disse para o marido que, com a morte do avô, ele deveria pagar a tal promessa, com a ajuda dela: “Aí ele falou assim: tudo ocê pode, né!”. Eu sei que ele falou aquilo daquela forma não foi desfazendo de mim, foi me dando uma força que eu tinha coragem de encarar [...]”. MARIA, P., op. cit.

À medida que as filhas foram crescendo, ela as colocava para trabalhar como empregadas domésticas, todas estudaram e formaram-se professoras, algumas se tornaram diretoras de escola – onde ela trabalhou posteriormente como auxiliar –, um filho jogador de futebol profissional; e com muito orgulho ela diz: “a educação dos filhos foi eu, porque ele [o marido] ficava um mês do outro lado do rio trabalhando...”; ou sobre a casa onde mora, adquirida com sacrifícios após viverem em moradias bastante precárias: “[...] tudo foi trabalho meu, de Pereira e dos filhos...”; na ordem, o trabalho dela em primeiro lugar, assim como o “mérito” pela educação dos filhos.

Dona Maria P. trabalhou e aposentou-se como auxiliar de serviços gerais de escolas públicas do Estado e aos sessenta anos, retornou à escola, desta vez, como aluna para continuar seus estudos e realizar seu sonho. Estudou por mais quatro anos, adquirindo o diploma da oitava série, em parte realizou seu sonho, pois disse que gostaria de estudar para se formar advogada a fim de “tirar as torturas de São Francisco”<sup>35</sup>.

No artigo “gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”, Rita Laura Segato propõe uma abordagem alternativa à análise do patriarcado e das relações de gênero em contextos marcados pelo processo intrusivo do sistema colonial e do Estado republicano. Respalhada por evidências históricas e relatos etnográficos, identifica a existência de uma organização patriarcal, “ainda que diferente da do gênero ocidental” em sociedades indígenas e afro-americanas, mas que “poderia ser descrita como um *patriarcado de baixa intensidade*”. Segundo ela, essas evidências mostram,

[...] a existência de estruturas reconhecíveis de diferença semelhantes ao que chamamos relações de gênero na modernidade, que incluem hierarquias claras de prestígio entre a masculinidade e a feminilidade, representados por figuras que podem ser entendidas como homens e mulheres. Apesar do caráter reconhecível das posições de gênero, nesse mundo são mais frequentes as aberturas ao trânsito e à circulação entre essas posições que se encontram interditas em seu equivalente moderno ocidental<sup>36</sup>.

Embora o contexto aqui estudado não se trate de um mundo tradicional aos moldes das sociedades indígenas ou afro-americanas, a noção de *patriarcado de baixa*

---

<sup>35</sup> Leila de Souza Almeida estudou um grupo de mulheres na cidade de Januária, também às margens do rio São Francisco no norte de Minas, que – como D. Maria P. – entrou ou retornou para a escola somente após terem criado todos os filhos ou terem ficado viúvas, para realizar o sonho de suas vidas, que era ter um diploma. Cf. ALMEIDA, L. S. “Recebi um diploma, realizei um sonho”: mulheres e educação de adultos em Januária. In: MAIA, C.; PUGA, V. *História das mulheres e do gênero em Minas Gerais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2015. p. 369-395.

<sup>36</sup> SEGATO, op. cit., p. 117.

*intensidade* parece-nos útil para compreender a fluidez das posições assumidas pela colaboradora e a relativa ausência de autoridade/interferência paterna e marital em suas ações, condutas e escolhas.

A atuação de D. Maria P. não se limitou ao âmbito mais restrito das relações familiares, ao contrário, ela tornou-se uma importante e respeitada líder comunitária na cidade de São Francisco: ajudou a edificar a igreja da comunidade, onde também atuou por muitos anos como zeladora e ministra da palavra; auxiliou o padre Vicente em seu projeto de construção e doação de casas aos mais pobres, selecionando as famílias que seriam beneficiadas; acompanhava pessoas doentes à Brasília, Montes Claros e Belo Horizonte para realizarem tratamento de saúde; atuou como agente de saúde no bairro; por mais de vinte anos organizou romarias a Bom Jesus da Lapa e à Serra das Araras. Essa última é uma tradição centenária na cidade de São Francisco, como demonstra Denilson M. Barbosa em sua tese de doutorado “Heranças de fé no sertão do São Francisco”<sup>37</sup>, em devoção ao Santo Antônio. Todos os anos grupos de romeiros partem de São Francisco para uma jornada, em geral de cinco dias (91km) de caminhada, até a Serra das Araras para a festa de Santo Antônio. Começam a partir no dia 06 de junho para chegar no dia onze; além dos festejos e rituais religiosos, a festa comporta ainda muita música, dança, folia e bebidas, atraindo milhares de devotos e pessoas em busca de diversão<sup>38</sup>. D. Maria P. iniciou sua peregrinação em 1993, aos 59 anos, num grupo de cinco pessoas; quando o organizador desse grupo faleceu, o grupo contava com 10 pessoas, no ano seguinte ela assumiu sua liderança e o grupo começou a aumentar o número de pessoas, chegando a contar 80 caminhantes<sup>39</sup>. Em 2017, ela parou de acompanhar o grupo na caminhada, mas continua participando da organização, devido à sua experiência e prestígio na comunidade.

Em razão de sua atuação e dedicação ao trabalho comunitário e filantrópico, ela tornou-se uma mulher muito conhecida, respeitada, querida e de muita sabedoria na cidade de São Francisco. Além das muitas homenagens que recebeu na comunidade e nas escolas onde trabalhou, foi homenageada pela Câmara Municipal no Dia Internacional da Mulher e pela sessão da Maçonaria local. Ao narrar e enumerar suas diversas atividades, algumas já

---

<sup>37</sup> BARBOSA, Denilson M. *Heranças de fé no sertão do São Francisco*: devotos e romeiros na tradicional festa de Santo Antônio em Serra das Araras/MG. 2016. Tese (Doutorado em Ciências da religião) - PUC-SP, São Paulo, 2016.

<sup>38</sup> Por esse motivo nem sempre os romeiros vão para pagar promessa. Conforme minha colaboradora, muitos vão inicialmente para pagar promessa, depois porque gostam.

<sup>39</sup> Na atualidade os grupos são bastante organizados. Os peregrinos seguem a pé, à frente vão caminhões levando as cozinhas, alimentos para preparar comida, barracas e roupas. Atrás, acompanhando os grupos seguem carros menores com água e café. Os locais de descanso são previamente determinados, quando os caminhantes chegam as barracas já estão montadas, a comida preparada.

esquecidas, sua constante movimentação nos espaços públicos e comunitários, sua liberdade e autonomia de ir e vir para lugares distantes como Bom Jesus da Lapa ou Belo Horizonte, ela procura deixar explícito que nos 64 anos que viveu casada com o senhor Pereira ele não criou empecilhos à sua movimentação, em suas palavras “ele nunca **impediu**” que ela fizesse esse trabalho. Por outro lado, ela mostra para si e para outras mulheres como sua atuação nesses espaços intensifica sua potência. Essa potência pode ser percebida, entre outros momentos da narrativa, no trecho em que fala sobre a morte de uma das filhas que ocupava o cargo de diretora numa escola rural: “Eles colocaram uma prensa nela lá, eu falei, eu queria que fosse comigo, porque ela não aguentou ... **Eu queria que fosse comigo, porque eu aguentava, mas ela não aguentou!**”.

As representações de gênero, construídas, sobretudo a partir da implantação do Estado republicano – conforme já referido – procuravam domesticar os corpos femininos e produzi-los como frágeis, deficitários para o exercício de certas atividades, por meio tanto de práticas disciplinares quanto de complexas tecnologias de gênero<sup>40</sup>. Os discursos buscavam, dessa maneira, instituir a incapacidade das mulheres apresentando-as como sujeitos desiguais e inferiores. Nesse sentido, chamou nossa atenção a forma frequente como D. Maria P. autorrepresenta-se na narrativa:

Não tem nada que – eu falo assim – eu não dou conta [...]. A gente só pode falar que não dá conta depois que a gente tenta. Eu sempre falo assim, eu só quero que Deus me dá força, porque coragem para enfrentar os problemas eu tenho... coragem para enfrentar os problema eu tenho<sup>41</sup>.

Esses discursos integram o dispositivo da sexualidade, conforme Foucault, construído pela burguesia e aplicado ao próprio corpo, somente mais tarde expandido ao corpo da população, como estratégia para difundir seu modo de vida, exercer o controle sobre os indivíduos e afirmar sua hegemonia<sup>42</sup>. A população do sertão do São Francisco, da qual D. Maria faz parte, estava à margem desse discurso burguês; daí a não assimilação, o desacato, a ausência de ancoragem. Por outro lado, fica evidente que essas representações não circularam e fixaram-se em todos os contextos, portanto, não podem ser generalizadas para essa região durante o período estudado.

Na narrativa de D. Maria P. sobressai a dedicação à igreja católica e suas tradições (como a romaria à Serra das Araras e a Bom Jesus da Lapa) e ao trabalho comunitário, que de

---

<sup>40</sup>LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

<sup>41</sup>MARIA P., op. cit.

<sup>42</sup>FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993. v. 1.

certa forma a potencializou, tornando-a uma mulher reconhecida para além dos limites da sua comunidade; talvez, por esse motivo, ela tenha dado maior ênfase à sua atuação nesse trabalho público e não à família; falou pouco dos filhos e de suas realizações, centrando suas memórias, de fato, na narrativa de si, postura não muito comum entre as mulheres. Ao se colocar no centro da narrativa, não significa, contudo, uma postura egoísta ou egocêntrica, pois ela não desconsidera a participação de outros sujeitos em sua trajetória de vida ou da família, mas também não minimiza nem desqualifica a sua própria participação e sua agência, prática comum nas narrativas de mulheres, constituídas pelo discurso burguês e patriarcal como menos importante, menos capaz.

**“Toda a vida, eu tive muita vontade de crescer nas coisas”<sup>43</sup>**

Mas é preciso ter força  
É preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria  
Mistura a dor e a alegria<sup>44</sup>.

O trecho da conhecida composição de Milton Nascimento e Fernando Brant parece-nos expressar com acerto a trajetória de vida de D. Maria P. e de outra Maria, colaboradora desta pesquisa, da qual passamos a falar.

Maria L. é uma senhora de baixa estatura e cuja aparência não deixa transparecer seus 86 anos de idade. Ela nasceu e ainda vive na cidade de São Francisco, é casada, mãe de quatro mulheres e um homem, professora aposentada e sempre ativa na comunidade. Maria L. nos recebeu em sua casa, demonstrando grande prazer em relatar suas memórias. Antes mesmo de iniciarmos a gravação, com seu tom de voz baixo e sereno, ela fez questão de revelar que já havia dado outras entrevistas para estudiosos(as) que se dedicam a pensar a história da educação na região norte-mineira, ressaltando seu protagonismo e pioneirismo no campo educacional em São Francisco.

O apreço pelas experiências vividas no passado conduziu a memória de Maria L. à sua infância. Sem direcionarmos a entrevista, inicialmente a reflexão livre da são franciscana levou-nos aos tempos em que a cidade ainda era muito pequena. Conforme o seu relato, havia

<sup>43</sup>MARIA, L. *Entrevista 3*. [jul. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Figueiredo Souto. São Francisco, MG, 2019. 1 arquivo (55min51s). Entrevista concedida ao projeto “Gênero e insubmissão feminina no Norte de Minas na primeira metade do século XX”.

<sup>44</sup>MARIA Maria. Intérprete: Milton Nascimento. Compositores: Milton Nascimento e Fernando Brant. In: CLUBE da Esquina 2. Intérprete: Milton Nascimento. [S. l.]: EMI, 1978. 1 Disco sonoro. Lado 4, faixa 2.

pouco mais de mil pessoas habitando o município e o acesso à localidade era difícil, sendo realizado pelo rio – de vapor ou canoa – ou pela estrada de terra – que era muito ruim. Logo, as memórias atreladas ao universo educacional pululavam nos relatos, esclarecendo que em São Francisco havia ensino regular apenas até a 4ª série, situação que propiciou as primeiras movimentações de Maria L. pelo norte de Minas.

Conforme nossa entrevistada, naquela primeira metade de século XX, o sonho das pessoas em São Francisco era que os(as) filhos(as) cursassem, ao menos, até a 4ª série. Mas Maria L. não se contentou com este nível de instrução: “Eu tinha muita vontade de estudar”. Por força do acaso, ao se dirigir ao município de Januária para um tratamento dentário, a jovem Maria permaneceu na outra cidade ribeirinha para continuar os estudos num Colégio Interno. Ao cursar a 8ª série, ela trabalhava na escola – na biblioteca e em laboratórios – para descontar no valor da mensalidade, pois seus pais eram de origem humilde. Nesta cidade, Maria ainda se formou no magistério e em contabilidade. Ela revelou que estudou na primeira turma mista de contabilidade, mas, vale esclarecer que, a instituição permitiu que rapazes e moças estudassem juntos devido ao pequeno número de estudantes inscritos no curso.

As revelações de Maria L., a respeito da segregação sexual nas escolas, coadunam com o cenário brasileiro de forma mais ampla. Segundo Fúlvia Rosemberg, “a convivência de meninos e meninas e de rapazes e moças em um mesmo espaço público escolar não era vista como prática recomendável nem pela Igreja Católica, nem pelo ideário positivista que foi se alastrando no país no século XIX”. Porém, “um século depois, a Igreja Católica inaugurava, nas pequenas cidades, classes mistas frente ao reduzido contingente de estudantes.”<sup>45</sup> Este cenário também foi experienciado por Maria L. em seu município natal, durante os anos iniciais de instrução, meninos e meninas estudavam juntos, no entanto, não sentavam nas carteiras duplas, nem compartilhavam brincadeiras durante o recreio.

Após concluir os estudos em Januária, Maria L. retornou para São Francisco, onde trabalhou como professora durante três anos. Segundo a entrevistada, naquele momento, a maioria das professoras eram “leigas”, ou seja, não tinham formação específica para lecionar. Não satisfeita, mais uma vez ela saiu da cidade para aprimorar seus conhecimentos. Em 1959, optou por dar passos mais largos, conseguindo uma bolsa do Estado para cursar Administração Escolar e Pedagogia na capital do Estado, segundo ela, “um curso muito puxado”. Maria L. revelou que houve resistência da família em relação à sua mudança para Belo Horizonte, ela persistiu em avançar nos estudos, mas acabou cedendo na escolha da

---

<sup>45</sup> ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 336.

carreira profissional. Nas palavras da entrevistada: “Eu não queria ser professora, meu sonho era fazer engenharia civil”. Como os pais insistiram que ela permanecesse no magistério e a família não tinha condições financeiras para pagar pelo curso de engenharia, ela optou por seguir nos estudos educacionais. Ao que parece, seguir carreira no magistério foi uma estratégia para Maria expandir seus horizontes, pois ela declarou que as famílias são franciscanas não aceitavam facilmente que as mulheres saíssem de casa para estudar, então, ela acatou o direcionamento profissional indicado pelos pais para que pudesse avançar no campo profissional.

Maria falou da dificuldade de manter-se fora e ficar longe da família. Devido às dificuldades financeiras, quando morava em Belo Horizonte, pegava trem até Montes Claros, pois a passagem de ônibus era muito cara. Além disso, havia a resistência social, as pessoas que optavam por uma vida melhor e precisassem sair da cidade em busca de qualificação “às vezes eram vistas como pessoas extravagantes, fora do normal.” Então, segundo Maria, “só com um ideal muito forte” era possível suportar os desafios e formar.

Apesar do desejo pela engenharia civil, Maria L. declarou que sempre teve muita admiração pelo magistério e conseguiu exercer um bom trabalho na área: “Eu não queria ser professora, mas foi o que apareceu na minha frente. Os alunos não tinham culpa disso, então eu dava o máximo de mim pra trabalhar. Por isso, graças a Deus, eu deixei um bom nome”, e, ainda, complementou: “Eu gosto demais da área da educação, é uma profissão assim muito dignificante, por que você colabora muito com a formação do ser humano, né?”. A atuação de Maria L. no campo educacional foi intensa, quando ela retornou para São Francisco após a conclusão dos cursos na capital, apenas ela e mais uma colega tinham habilitação. Sendo assim, ela relatou que foi diretora de quase todas as escolas da cidade, dentre elas, a Escola Municipal do Bom Menino e na Escola Estadual Mestra Hercília. Além da direção, Maria L. lecionava aulas de matemática na Educação Básica.

Com a abertura da Escola Normal no município de São Francisco, Maria L. foi a primeira diretora da instituição e lecionava as disciplinas de Didática que, segundo ela, eram as mais difíceis. Nessa época, ela trabalhava durante o dia no grupo escolar e à noite na Escola Normal: “Era uma batalha, pra poder levar em frente, por que a gente queria que a cidade crescesse.” Conforme seus relatos, no começo as pessoas não acreditavam muito na escola, pois havia resistência em relação às aulas à noite, já que acreditavam que o ensino era mais fraco. Mas, com o tempo, tudo mudou. Ela relatou que nas primeiras turmas da Escola Normal não havia homens, pois eles achavam uma “humilhação” formar para ser professor. Aos poucos, esta concepção também foi perdendo força. Portanto, na primeira metade do

século XX e nas primeiras décadas da segunda metade do século, o magistério na cidade de São Francisco foi um espaço muito propício para a atuação das mulheres.

Além das funções mencionadas, Maria L. também foi Inspetora Escolar, durante seis ou sete anos. Apesar desta intensa atuação, a colaboradora revelou que era muito difícil para as mulheres inserirem-se no mercado de trabalho na década de 1950. Antes de casar-se, ela trabalhava três turnos nas escolas. Na época, o marido falou com ela: “Você só vai trabalhar fora de casa porque eu sou pobre”. E ela retrucou: “Eu não tenho cara de babá e de dona de casa não! Eu quero trabalhar na educação, ajudar minha cidade, fazer alguma coisa pela cidade”.

Os trechos acima são fundamentais para refletirmos sobre a construção da memória de Maria L. sobre suas ações passadas e sobre sua autorrepresentação. Antes de avançarmos, vale retomar uma assertiva de Portelli: “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.”<sup>46</sup> Nesse sentido, é importante pontuar que a simulação do diálogo relatada pela entrevistada faz parte de uma construção *a posteriori*, pois é inviável que Maria lembre-se exatamente da conversa ocorrida entre ela e seu marido há mais de 50 anos. No entanto, é muito significativo que esta senhora relate com firmeza que ela marcou seu posicionamento e seu espaço na relação de poder existente entre o casal, esclarecendo que atuaria ativamente no âmbito público. Logo, Maria L. representa-se como uma mulher determinada e que trabalhou – e a ainda trabalha – com vigor em prol do desenvolvimento de sua comunidade.

Apesar de a família ter sido mencionada nos relatos de Maria L., é instigante notar que sua agência foi elemento condutor de toda a entrevista. Tal protagonismo permeia sua narrativa desde as memórias sobre os tempos de infância, fase em que ela, sorridente, afirma que era “bem mais proveitosa do que hoje!”. Com muito carinho, ela rememorou as brincadeiras de rua<sup>47</sup>, as cantigas de roda<sup>48</sup> e as festas de São João. A mencionada festividade religiosa tem grande significado na trajetória de Maria L.: além do sentido comunitário de expressão de fé e de degustar comidas típicas como canjica, pipoca, pé de moleque e aloá<sup>49</sup>, o dia 24 de junho é também o aniversário dela. Esta data ficava ainda mais especial, pois a

---

<sup>46</sup> PORTELLI, op. cit., p. 31.

<sup>47</sup> Segundo a entrevistada, as brincadeiras eram mais frequentes no horário de 18h às 22h, que era o único horário do dia que havia energia (“luz de motor”) em São Francisco, pois ainda não havia o sistema interligado à Usina Hidrelétrica de Três Marias.

<sup>48</sup> Ao comentar sobre o tema, a entrevistada repetia baixinho “como era bom brincar de roda!”, como se a satisfação propiciada pela memória a conduzisse a lembranças há muito não acessadas.

<sup>49</sup> Segundo Maria L., esta bebida tem origem baiana e era feita a partir de uma mistura de fubá de milho com coco. Nos dias de hoje, ela não ouve ninguém comentar sobre a bebida, mas nas festas de São João do seu tempo de infância a mencionada bebida era distribuída para todos degustarem.

madrinha de Maria – que era professora “leiga” – conduzia as alunas da aula de música para rodear a fogueira de São João e cantar parabéns para a afilhada: “Não esqueço disso!”. Nossa colaboradora revelou que a madrinha era uma mulher muito sábia e com ela aprendeu a tocar bandolim e violino.

Além da habilidade em tocar instrumentos, Maria L. revelou que era uma criança muito curiosa e ficava observando a mãe a trabalhar. Este hábito favoreceu o desenvolvimento de suas aptidões e acabou aprendendo muita coisa, como fazer biscoitos, bolo, pão de queijo, beiju e cuscuz. Sua mãe era costureira, então, Maria também aprendeu a costurar observando-a. Em suas palavras: “Toda a vida, eu tive muita vontade de crescer nas coisas”. Maria lembrou que pediu a mãe para fazer pirulito para que ela vendesse na escola. Ela colocava os pirulitos na latinha e vendia no horário do recreio. Já naquela época, ela tinha a preocupação em ganhar dinheiro, por isso, recentemente, a filha de Maria L. teria comentado que a mãe sempre teve “tino comercial”. Maria falou que até hoje faz muito artesanato, que não gosta de ficar “parada”, por isso seu dia é sempre cheio. Além do artesanato, ela também é colaboradora na Igreja. Ela nos contou que sempre teve aparência de ser mais jovem e acredita que isso é devido à sua vida ativa. Em suas palavras: “Inclusive, você sabe que eu aposentei há muito tempo, mas eu não desligo, eu fico constantemente lendo, olho muito a internet, muita coisa que acontece, sabe, eu não desligo não!”

Apesar de cada fase da vida apresentar seus desafios, nos relatos de Maria L. as maiores dificuldades reveladas estavam atreladas à dupla jornada enfrentada pelas mulheres. Ela ficou noiva na Serra das Araras, durante a festa de Santo Antônio. Em 03 de janeiro de 1961, casou-se numa celebração simples, no horário da missa das 8h da manhã. Maria foi quem escolheu o noivo, sem interferência ou indicação da família. O marido, natural da Bahia, trabalhava na área de enfermagem do Hospital de São Francisco. Após o casamento, ela abandonou um dos seus cargos, ficando com aulas na Educação Básica no turno da manhã e na Escola Normal, no turno da noite. Marido e esposa cumpriam a carga horária de oito horas de trabalho – fora do âmbito doméstico.

Orgulhosa, Maria relatou que mesmo com o nascimento dos(as) filhos(as) ela continuou trabalhando fora de casa. Apesar da família não ter muito dinheiro, ela conseguia manter duas pessoas em casa para ajudar nos cuidados com a casa e com as crianças. Ela revelou que chegava do trabalho e não ia para festa para dedicar seu tempo aos cuidados dos(as) filhos(as): “Não era fácil mesmo não!”. Em outro momento da entrevista, retomou a circunstância e afirmou que à noite, quando chegava em casa, ela olhava as tarefas das crianças: “Nossa, como era difícil!”. Para Maria L., a mulher tem a “missão” de cuidar dos

filhos e da casa. Então, é um desafio conseguir “conciliar as coisas”. Entre o casal, os cuidados com as crianças ficavam sob responsabilidade de Maria, em suas palavras: “Eu que tomava conta mais, né!”; e repetia constantemente: “Não é fácil, né! Não é fácil!”, mas “a gente tem que conciliar.”

Além do desafio da dupla jornada, que é uma característica marcante das relações de gênero na sociedade, Maria também enfrentou outra situação delicada em seu casamento. Segundo ela, o marido é muito “arredio”, ou seja, não gosta muito de festa. Por isso, ela passou dificuldade na época em que trabalhava nas escolas, pois havia festas promovidas pela instituição e, enquanto diretora, ela precisava ir, mas o marido não queria que fosse. No entanto, Maria participava das festividades e o marido a buscava no final dos eventos: “mas ele não gostava”.

Instigante observar que os aparatos de gênero permearam as ações de Maria L. de maneiras diferentes. Enquanto criança curiosa, empenhou-se e desenvolveu inúmeras habilidades e angariou uns trocados para garantir certa independência; enquanto jovem determinada, que “tinha muita vontade de crescer nas coisas”, não se contentou em seguir nos estudos apenas até a 4ª série – como grande parte das pessoas da região; enquanto mulher decidida, escolheu seu companheiro de vida sem imposições da família; enquanto professora competente, assumiu inúmeros cargos e cumpriu todas as funções necessárias ao seu ofício. Sendo assim, percebemos que tais aspectos da trajetória de Maria L. revelam flexibilidade nas imposições das relações de gênero, no contexto em questão.

No entanto, em se tratando da maternidade, Maria aceitou os preceitos atribuídos às mulheres, tornando-se detentora da “missão” de ser a maior responsável pelos cuidados e educação dos filhos, mesmo exercendo a mesma carga horária de trabalho fora do âmbito doméstico. Esta concepção de Maria está fundada, sobretudo, no discurso religioso. Segundo ela, Deus fez o homem e a mulher diferentes, o homem é mais másculo e tem que ser o líder da família, sendo o responsável por sua manutenção, “mas ele precisa da força da mulher ao lado dele”.

Apesar desta concepção pontual que delimita o espaço de mobilidade das mulheres, Maria L. mostrou ser uma pessoa com alto grau de autonomia e realizada enquanto mulher. Em sua narrativa, ela deixou registrado: “Eu sempre falo, eu tenho três alegrias muito grandes: ter nascido mulher, receber na pia batismal o nome de Maria e ter nascido no dia de São João.” Este orgulho de ser mulher ficou explícito, também, no entusiasmo da colaboradora ao comentar sobre a condição das mulheres na atualidade. Conforme seu ponto de vista, as mulheres têm mais liberdade de ação, de pensamento e têm mais acesso à cultura.

No mercado de trabalho, hoje elas têm condições de ocupar o cargo que desejarem. Em suas palavras, “ela ocupa com dignidade, com inteligência, com capacidade”, e enfatizou: “eu acredito muito na força da mulher”. No entanto, tem ciência que a luta das mulheres permanece, pois se indignou com o fato das mulheres ainda não receberem salário igual aos homens em determinados postos de trabalho e concluiu nossa entrevista clamando: “A mulher merece mais respeito e consideração!”

### **Considerações finais**

As narrativas de história de vida de D. Maria P. e Maria L. permitiram verificar o caráter histórico, contextual e móvel das representações de gênero e dos modelos de feminilidade que resultam de suas construções. Por um lado, é possível perceber que a urbanização, a modernização e a cidadania burguesa parecem ter corroborado para diminuir autonomia das mulheres, ao produzir e valorizar um modelo de feminino domesticado, “protegido” na privacidade do lar e com funções restritas de cuidados com a casa, o marido, os filhos, a família. As histórias analisadas deixam explícito que, à margem destes processos, como no sertão norte-mineiro, mais especificamente em São Francisco ainda predominantemente rural até os anos de 1970, embora houvesse diferenças significativas entre homens e mulheres, elas desfrutavam de maior independência e agência. Por isso, os sentidos que emergem dessas narrativas são de mulheres capazes, determinadas, fortes, que exerceram liderança dentro e fora da família, que se colocam no centro das suas narrativas como agentes e protagonistas e suas histórias.

Por outro lado, ao cruzar suas experiências ficam visíveis também as diferenças entre elas. As clivagens de gênero atuaram, muitas vezes, de forma similar, ampliando a mobilidade dessas mulheres nos espaços e nas ações, no entanto, as diferenças entre elas revelam-nos que quanto maior a precariedade da vida material, mais autonomia as mulheres gozavam, pois entrava em questão a sobrevivência. Além disso, o espaço geográfico do campo, ou melhor, a vida rural revelou-se como uma paisagem mais propícia à ação das mulheres, pois mais distante das regulamentações legais e costumeiras, cada vez mais intensas nas zonas urbanas. A proximidade das habitações urbanas, os crescentes espaços de sociabilidade e o olhar disciplinador da Igreja e do Estado contribuíram para maior domesticação das mulheres.

Assim, podemos concluir que, mesmo que o discurso delas esteja permeado e filtrado por questões do presente, em especial os sentidos em voga de potencialização das mulheres,

a narrativa destas duas Marias sugere que estar nas margens possibilita às mulheres um grau maior de liberdade, ou seja, de existir de forma mais autônoma e mais livre.